

Ciência e Saberes da Tradição: em busca da "ecologia dos saberes"

GT 06 -Imaginários Sociais, memórias e pós- colonidade

Guilherme Bemerguy Chêne Neto – UFRN e MPEG
José Willington Germano – UFRN

Nos dias atuais, vivemos um período onde emergem novas formas de produção e de sociedades e esse período acaba sendo denominado por aquilo o que muitos chamam de “sociedade do conhecimento”, onde há um enorme fluxo de informações, nunca vivenciado em períodos anteriores, porém, cabe o questionamento de que o grande acúmulo de informações não determina a produção de saberes. A partir disso, o presente ensaio discute as várias formas de se produzir conhecimento, dando enfoque aos saberes “oficiais” e da tradição, ressaltando que o “fazer ciência”, também, é permeado pela cultura e que esse é contextual, muitas vezes tendo seu significado pleno em determinados períodos históricos e sociais.

Palavras-chave: Conhecimento. Tradição. Sociedade do Conhecimento.

Introdução

Atualmente, estamos vivendo o período da emergência de novas formas de produção e de sociedades, ambas caracterizadas por aquilo o que muitos denominam como “sociedade do conhecimento” (SQUIRRA, 2005), onde “a produção/distribuição de informação e de conhecimento e a redução das desigualdades sociais tornam-se mutuamente indispensáveis” (BAUMGARTEN; TEIXEIRA & LIMA, 2007, p. 401). Entretanto, muitas outras análises consideram essa mesma sociedade como “sociedade da informação”, da “hiper-informação”, da “publicização extrema”, etc., e que não vivemos “numa sociedade do conhecimento” (ALMEIDA, 2010, p. 70).

O termo conhecimento é polissêmico e escorregadio, atraindo atenções dos diversos campos do saber. Apesar das muitas definições, o lugar-comum a elas é o fato de se conceituar o conhecimento como combinação e aplicações da informação com as tecnologias da comunicação em todas as suas possibilidades (SQUIRRA, Ibid.). Almeida (2010) afirma que “conhecimento é tratamento de informação, articulação de dados construídos e não aglomeração de informação” (p. 70), causando, assim, certo desconforto naqueles que consideram conhecimento como o domínio excessivo de informações. E ainda completa dizendo que a “estocagem de informação não é conhecimento”.

Em virtude disso, a dificuldade em se produzir conhecimento sempre foi motivo de discussões, principalmente aquelas acerca da validade ou não de um conhecimento a ser produzido. Tendências totalizantes, tendências relativistas, enfim, o cerne das discussões dizia, e ainda diz respeito à forma de se considerar um conhecimento como válido ou não e nas Ciências Sociais isso se tornou bastante particular, haja vista a juventude dessa relação às outras ciências, em relação às ciências duras. Então, tentaremos pontuar e explicar as dificuldades em se produzir conhecimento e o validar como científico.

Os primórdios

De origem positivista, a Sociologia, ou Física Social, sempre foi marcada pelos questionamentos quanto a sua validade enquanto Ciência, pois, para muitos, o rigor dela não tinha nada se comparado às Ciências da Natureza, dando a ela um caráter muito mais subjetivo quando comparado com a objetividade dessa.

Augusto Comte (1978), precursor da Sociologia, foi quem sistematizou a idéia de o conhecimento científico ser baseado na observação dos fatos e nas relações entre fatos que são estabelecidas pelo raciocínio. O conhecimento científico positivo, que estabelece as leis que regem os fenômenos de forma a refletir o modo como tais leis operam na natureza, tem, para ele, ainda, duas características: é um conhecimento sempre certo, não se admitindo conjecturas, e é um conhecimento que sempre tem algum grau de precisão. Aí está a objetividade advinda das Ciências da Natureza. Comte, então, reforça a noção de que o conhecimento científico é um conhecimento que não admite dúvidas e indeterminações e desvincula-o de todo conhecimento especulativo.

No bojo dessa discussão, a crítica a essa visão positivista vem a partir dos materialistas histórico-dialéticos. Para eles, o conhecimento tem sua lógica decrescente, do abstrato ao concreto, sendo o abstrato a totalidade dos fatos concretos, logo, nota-se que esse modelo de se pensar ciência não é uma produção teórica de conceitos e, sim, um conhecimento que parte do concreto, sendo resultado de múltiplas realidades. Esse conhecimento possui grande relevância com a *práxis*, sua ação modificadora da realidade. Logo, a ciência também é um conhecimento do social e possui sua própria história.

Então, ao coisificarmos as normatizações sociais; os fatos sociais, e, agirmos sobre eles de forma neutra, com o compromisso de mera observação, descrição, a função social da ciência, a meu ver, não terá acontecido. Função essa que é a de prestar benefícios à vida em sociedade. Enfim, uma prestação de contas a essa.

Partindo desse ponto, Weber (2001) propõe uma nítida distinção entre os registros dos fatos e as avaliações valorativas, pois as ciências sociais lidam com fatos. Os quais são apreciados de diferentes formas de acordo com a sua época e os cientistas, os quais são seres influenciados por essa, e posicionam-se sobre tais. A partir disso, ao propor e aceitar as escolhas necessárias, para fazer progredir a investigação, o cientista saberá como fazer o estudo de forma sistemática e de forma onde suas conclusões possam ser aceitas ou, mais ainda, refutadas, considerando-se, apenas, a metodologia empregada na análise. Diante de tal, Weber (Ibid.) propôs a neutralidade axiológica como método científico recomendado às ciências sociais. Nota-se, então, os grandes embates entre pensadores e teorias na formulação do paradigma científico na Sociologia.

Ciência ou ciências?

O que considerar como Ciência? Como um conhecimento adquire status de Ciência?

Morin (2005, p. 9) afirma que a “ciência não é científica. Sua realidade é multidimensional” e continua dizendo que “a ciência é, intrínseca, histórica, sociológica e eticamente, complexa”. Pois então, uma ciência complexa diz respeito a uma ciência da natureza global dos sistemas que rompe as fronteiras que separam as disciplinas científicas, ou seja, nas palavras do próprio Morin (Ibid., p. 135-136) “A ciência nunca teria sido ciência se não tivesse sido transdisciplinar”.

A dificuldade em se fazer uma ciência complexa, transdisciplinar, consiste no fato de que a partir da metade do século XIX as ciências, assim como a sociedade, foram levadas a acreditar que se ter uma visão global parece algo inatingível. Essa nova era trouxe consigo as marcas da fragmentação, a exemplo da sociedade, na qual ela se fragmentou em dimensões físicas, emocionais e sociais, onde a mente acaba por ser bombardeada por informações, dividindo os saberes em áreas específicas. Essa divisão separa o sujeito do objeto quando nega a interrelação entre os processos de aquisição de conhecimento. Logo, os indivíduos passam a ter a função de, somente, caixa de ferramentas, ou seja, as informações ficam armazenadas, porém, a transformação delas em conhecimento fica comprometida por não sabermos como agir perante a muitas informações. Não as conseguimos sistematizar. A produção do conhecimento ficou refém de pequenos grupos que detêm aquilo que Giddens (1991, p. 35) chama de “sistemas peritos”, ou seja, “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”.

A Ciência, então, como afirma Almeida (2010), “se reconhecerá como um conhecimento distinto e superior a todos os outros saberes porque privilegia o que entende por razão, objetividade, verdade e interpretações universais” (p. 44). Produzir conhecimento e fazer com que ele seja aceito se tornou uma tarefa difícil.

Um exemplo prático de tudo isso é a relação entre os saberes ditos científicos e os tradicionais. Atualmente, os conhecimentos tradicionais entraram no *hall* das políticas de proteção do Estado, adquirindo caráter político-econômico ou, nas palavras de Foucault (1986), de biopoder. Foi como se esses saberes tivessem sido “descobertos” pela ciência oficial e doutra, por mais que eles sempre tivessem estado por aqui, sempre permeando toda e qualquer forma de enxergar e apreender o mundo. Não somente o mundo dos “selvagens”, mas o “pensamento selvagem” de todas as sociedades. O diálogo entre saberes locais e globais, enfim, começa a ser “reintensificado”.

Porém, antes desse advento do tradicional, Almeida (Ibid., p. 59) diz que a tradição a muito vem sendo “percebida apenas em sua função de conservação, constituída por elementos a serem petrificados nos escaninhos da memória coletiva”, logo, essa tradição, essas populações detentoras desse mesmo “aparato neuronal” (CARVALHO *apud* ALMEIDA, 2010, p. 55), foram enxergadas pelos doutos como desprovidas de qualquer forma de racionalidade. Elas se reduzem a passividade histórica, política e social... ou nas palavras de Rousseau (1978) ao nosso “bom selvagem”.

Toda essa dificuldade em se considerar menor o produzido por outrem se deve ao que Benhamou (2007) chama de Economia da Cultura, ou seja, a cultura enxergada como conjunto de práticas que deixam de ser, apenas, tradições e costumes e adquirem caráter político e esse político, tal qual afirmam muitos estudiosos da Antropologia Política, está interligado ao econômico, logo, fazendo com que a tradição seja encarada como instrumento de dominação. Nas palavras de Geertz (2008), “a política de um país reflete o modelo de sua cultura” (p. 135).

Notas conclusivas

A idéia de que o único saber rigoroso é o saber científico faz com que os outros conhecimentos não tenham validade, causando, assim, o “epistemicídio”, que é a morte de conhecimentos alternativos. Alternativos ao modelo oficial. Causa a morte “porque ‘descredibiliza’ não somente os conhecimentos alternativos, mas também os povos, os grupos sociais cujas práticas são construídas nesses conhecimentos alternativos” (SANTOS, 2007, p. 29).

Não se quer diminuir uma em prol da outra, mas sim intercambiar conhecimentos diversos, tal qual afirma Almeida (Ibid., p. 89), comportando “competição, concorrência, antagonismos e tensão entre idéias, concepções e visões de mundo”. E Morin (2002, p. 39) completa: “o intercâmbio de idéias produz o enfraquecimento dos dogmatismos e intolerâncias, o que resulta no seu próprio crescimento”, ou seja, crescimento do próprio conhecimento.

Como forma de combater isso que Santos (Ibid.) chama de “monocultura do saber e do rigor”, esse propõe uma nova forma de se pensar e fazer ciência, a “ecologia dos saberes”. Ela consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico que a universidade produz e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais que circulam na sociedade. Propõe uma articulação entre o saber popular, social, como saber técnico e científico, num processo de mutua fertilização e de inclusão do conhecimento social excluído dos “centros do saber”.

Talvez a afirmação de Prigogine (2009), quando diz que “a ciência é expressão da cultura” (p. 85), venha a calhar para concluir tudo o que fora explicitado anteriormente. Quando consideramos como científico somente aquilo que está no campo da universalidade, aquilo que é referendado como Ciência pelos “doutores do conhecimento”, estamos cometendo a máxima de Boaventura Santos, o “epistemicídio” de tantas outras formas de se enxergar o mundo. De tantas outras formas de se apreender e conviver com as realidades diversas que estão postas a nossa frente, porém, nossos olhares

[tecnicistas](#) acabam por nos impedir de vermos toda a Ciência existente por detrás das outras maneiras de compreender o mundo. A partir do momento em que a afirmação de Ilya Prigogine for, de fato, entendida no seu sentido real, quem sabe nós possamos entender e aceitar que a ciência é contextual e que o correto seria utilizar Ciências, pois culturas são diferentes, mas todas elas utilizam a técnica para produzir suas existências e dar sentido e facilidades as suas vidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

BAUMGARTEN, M.; TEIXEIRA, A. N.; LIMA, G. Sociedade e conhecimento: novas tecnologias e desafios para a produção de conhecimento nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, Ago. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922007000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Jul 2012.

BENHAMOU, F. **A Economia da Cultura**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

COMTE, A. Curso de filosofia positiva. *In: Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **O Método 4. As idéias – habitat, vida, costumes, organização**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

PRIGOGINE, I. **Ciência, Razão e Paixão**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2009.

ROUSSEAU, J. J. Do Contrato Social. *In: Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SANTOS, B. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SQUIRRA, S. Sociedade do Conhecimento. *In: MARQUES DE MELO, J. M.; SATHLER, I. Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005.

WEBER, Max. O sentido da “neutralidade axiológica” das ciências sociais e econômicas. *In: Metodologia das ciências sociais*. Campinas/São Paulo: Unicamp/Cortez, 2001.